

DIÁLOGO ENTRE O LATIM E O PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI

IGNACIO VÁZQUEZ DIÉGUEZ

Universitat de Barcelona

RESUMO: No século XVI irromperam posições defensoras do uso da língua portuguesa em todos os âmbitos da escrita e não apenas da produção literária. O latim como língua elevada para fins científicos e jurídicos mostrava-se inadequado para algumas esferas do conhecimento e, principalmente, como transmissor de informação de novas realidades. Ver-se-á como os Descobrimentos de Oriente vieram demonstrar a pertinência do uso exclusivo para tais fins do português, língua vernácula.

PALAVRAS CHAVE: latim, português, descobrimentos, oriente, ocidente.

DIALOGUE BETWEEN LATIN AND PORTUGUESE IN THE 16TH CENTURY

ABSTRACT: In the 16th century, positions defending the use of the Portuguese language in all areas of writing, not only in literary production, emerged. Latin, as a highly scientific and legal language, proved to be inadequate for some spheres of knowledge and especially for the transmission of the information of new realities. The discoveries that came from the East demonstrated the relevance of the exclusive use of the vernacular, the Portuguese language, for such purposes.

KEYWORDS: Latin, Portuguese, discoveries, orient, occident.

Sustentava contra elle Venus bella,
affeiçãoada aa gente Lusitana
por quantas qualidades via nella
da antiga tam amada sua Romana;
nos fortes corações, na grande estrella
que mostrarão na terra Tingitana:
e na língoa, na qual, quando imagina,
com pouca corrupção crê que he a Latina.

CAMÕES, *Os Lusíadas*, 1572, I, 33

Entra na cena a bela Vénus para justificar o papel que o poeta lhe atribuiu. Por três razões protegerá os nautas lusíadas na sua viagem oceânica: por serem descendentes de romanos, pelas vitórias atingidas no Norte de África — a marroquina *terra tingitana*, próxima de Tánger — e pela língua portuguesa,

que a deusa entende, *com pouca corrupção*, semelhante ao latim. Camões leva até 1572 com estas rimas um antigo e tenso diálogo que já durante os séculos medievais se vinha produzindo entre as línguas românicas e o latim. Não obstante, não é *pouca a corrupção* nesse século XVI tão camoniano em que a língua lusa protagoniza já um caso singular entre as línguas europeias ao sobrepor-se à de Cícero em todos os âmbitos da escrita. E nesse processo de distanciamento, a chegada das naus portuguesas ao Oriente, e pouco depois ao Brasil, é condição principal.

A pouca distância que adverte Vénus entre o português e o latim nessa bela estância do primeiro Canto lusíada era muito mais dilatada entre as vozes dalguns dos mais afamados humanistas portugueses. E é essa uma conceção da língua que nem só incumbe a reputados gramáticos como Jerónimo Cardoso; mesmo também a distantes físicos, como o médico judeu Garcia de Orta, por citar dois autores fundamentais do pensamento renascentista que representam as posições mais antagonistas no que respeita à língua.

Jerónimo Cardoso (c. 1508-1569), autor do *Dictionarium latinolusitanicum* (Coimbra, 1569), o primeiro trabalho lexicográfico português entre o latim e a língua vernácula, era professor de gramática (latina) na Universidade de Lisboa e a sua ideia perante a língua própria estava ainda ao serviço da língua do Lácio, da língua por antonomásia. Em 1563 louvava a poesia do seu amigo Georges Buchanan, o humanista escocês, nestes termos (Cardoso 2009: 129):

[...] Et, tua cum Lybicus non cedant iugera glebis
Nec Siculis, nostro pellis ab orbe famem,
Cumque opicus nobis sit sermo, et barbara lingua,
Vt quibus haud unquam cognita Pallas erat [...]¹

[...] E, pois que a tua jeira não cede diante dos montes líbicos
Nem dos sículos, mitiga a fome do nosso país
E, dado que temos uma conversação mais grosseira e bárbara a língua,
Como aqueles de quem nunca Palas conhecida fora [...]

¹ O poema, intitulado «Ad Georgium Buchananum Scotum» faz parte dos *Elegiarium Libri duo*, publicados em Lisboa na Casa de João da Barreira. Em 2009, a Imprensa da Universidade de Coimbra publicou toda a obra de Cardoso; o poema aparece na *Portugaliae Monumenta Neolatina*, vol. III.

Como se observa (o itálico é meu), para Cardoso o *sermo lusitanus* era ainda grosseiro e bárbaro.

Garcia de Orta (c. 1500-1568), pelo contrário, foi ousado, sendo um dos primeiros naturalistas-cientistas a escrever na língua do povo e não na latina como era costume até então. Ele próprio asseverava isso na sua magna obra *Coloquios dos simples, e drogas he coisas medicinais da Índia* (primeiro tratado sobre farmacopeia e botânica), trabalho publicado, paradoxalmente, em 1563, em Goa, no mesmo ano em que Cardoso editava os versos acima lidos. Diz, na página IV, na dedicatória ao vice-rei da Índia, D. Francisco Coutinho, conde de Redondo:

Bem pudera eu cōpor este tratado em latim como ho tinha muytos annos antes cōposto, e fora a vossa Senhoria mais aprazivel pois ho entendeis melhor que a materna lingua mas trasladeo em purtuges por ser mais geral, e porque sey que todos os que nestas jndianas Regiões habitam sabendo a quem vay emtitulado folgaram de ho leer.

Contudo, estes seus *Colóquios* tiveram de ser traduzidos para latim para conseguirem ter repercussão internacional. Trata-se de um texto que confronta explicitamente o saber escolástico com a experiência prática, e o impacto da obra na Europa foi imediato: quatro anos após a sua publicação na longínqua Goa, Carolus Clusius resumiu e traduziu para o latim os *Colóquios* (1567), conhecendo muitas edições. A de Clusius foi a base das versões castelhana, francesa e italiana, e qualquer pessoa que se dedicasse à matéria médica, à botânica oriental ou à farmacologia passava pela obra pioneira de Orta; mas o ponto interessante para estas linhas é a defesa da língua portuguesa como língua de comunicação e entendimento do saber científico.

Após a declaração de Orta, ainda voltamos a encontrar outra justificação — para a língua escolhida e para a própria obra — em boca do valenciano Dimas Bosque, físico-mor e amigo que prologa os *Colóquios* ortianos (Orta 1563: 29):

[...] trabalhou de saber, e descubrir a uerdade das medeçinas simples que nesta terra naçẽ das quais tantos emganos, e fabulas não somẽte os antigos mas muytos dos modernos escreueram, e o que elle por tantos annos, e por tam diversas partes alcançou, quis que o curioso leitor em hũa ora neste seu breue tratado, visse e entendesse o qual teue começado em lingua latina, e por ser mais familiar a materia de que escreuia por ser enportunado de seus amigos, e familiares pera que o proueito fosse mais comonicado detriminou escrevello na lingoa portuguesa a modo de dialogo [...]

A defesa da língua portuguesa como ferramenta de compreensão é indiscutível nos *Colóquios* de Garcia de Orta; todavia, o médico judeu não só insiste na pertinência do português para se fazer entender, mas na necessidade de conhecimento e domínio das línguas em contacto como sistema de transmissão e evolução do saber. Garcia de Orta precisa da língua portuguesa para fazer compreensível o seu campo de estudo, a matéria médica, a botânica, a farmacopeia, o livro da natureza; por sua vez, filologicamente, precisa de saber como esse saber foi assimilado e integrado na e pela própria língua. Embora tenha sido completamente inovador nas suas perspetivas epistemológicas, não foi o único que abordou estas aproximações ao estudo da ciência, porque também noutros âmbitos, desta vez mais propriamente linguísticos, outras vezes refletiam sobre a relevância do uso da língua vulgar como modo de aproximação ao saber. O primeiro gramático português, Fernão de Oliveira, na sua *Gramática da lingoagem portuguesa* (Lisboa, 1536), escreveu no início do capítulo IV:

O estado da fortuna pode cõceder ou tirar fauor aos estudos liberaes. E esses estudos fazẽ mais durar a gloria da terra em que florecem. Porque Grecia e Roma so por isto ainda viuẽ: porque quãdo senhoreavão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas: e em ellas escreuião muytas bõas doutrinas; e não somẽte o que entendião escreuião nellas, mas tambem trasladauam par'ellas todo o bo que lião em outras. E desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo nos do nosso, não façamos assy; mas tornemos sobre nos, agora que he tempo e somos senhores porque milhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a lingua, e não a lingoa os homẽs.

João de Barros, um dos grandes cronistas da viagem marítima portuguesa e um dos maiores escritores renascentistas, além de ser considerado um grande pedagogo, em 1540, no *Dialogo em louvor da nossa linguágem* (publicado em Lisboa juntamente com a *Grammatica da lingua portuguesa*), durante o diálogo entre pai e filho a respeito da língua em que comparam palavras novas e velhas, faz dizer ao pai que é o tempo quem as trata assim, o tempo que:

fáz as cousas tã naturáes como a própria natureza. Este nos deu a elegância latina; este nos trouxe a barbaria dos godos; este nos deu xa, e cha, dos mouriscos; e este nos pôde fazer ricos e póbres de vocábulos, segũdo o uso e prática que tivermos das cousas. E nã te pareça trábálho sobejo entender tanto na própria linguágem;

porque, se fores bem doutrinado nela, levemente ô serás em as alheas. Este e o módo que tiverã todolos gregos e latinos, tomárã por fundamento saber primeiro o seu que o alheo.

Do mesmo teor agiram Pêro de Magalhães Gândavo nas *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (Lisboa, 1574) e Duarte Nunes de Leão na *Orthographia da lingoa portvgvesa* (Lisboa, 1576), entre outros. Porém, embora existissem vozes discordantes, o latim era ainda o indiscutido veículo de transmissão do saber. Categoricamente, descreve a situação nestes termos o historiador Francisco Marques de Sousa Viterbo (1915: 155):

As linguas antigas, o grego e o latim, eram o vehiculo indispensavel de todo o ensino. Não só se lia por livros latinos e gregos, mas até o idioma do Lacio era a linguagem familiar dos estudantes. Era quase infamante, mesmo fóra das aulas, o falar-se a linguagem vernacula.

Acrescenta ainda interessantes dados sobre a situação preponderante do latim e a vergonha que certos escritores sentiam ao utilizarem a língua materna. Era tal a importância da língua culta que oferece uma lista das gramáticas publicadas em latim durante o século XVI (entre 1502 e 1599) — vinte e quatro — face a duas portuguesas. Lamenta Sousa Viterbo — tenhamos em conta que escreve inspirado por ideais próprios do século XIX, muito patrióticos — que os elementos clássicos tenham criado profundas raízes na educação da mocidade portuguesa, contribuindo para a desnacionalizar. Até parecia que «a lingua portugueza era desconhecida no inferno. Lisonjaria nacional dos nossos poetas!».

Mas como se chega a essa situação? Já desde o século XII aparecem indícios que mostram como o latim era considerado alheio às línguas vivas. Em Portugal, no século XIII, os documentos administrativos começaram a ser redigidos na língua vernácula, anteriormente apenas utilizada para fins festivos e religiosos. O latim continuou vivo numa situação de diglossia para fins mais elevados até bem entrado o século XVI.²

² Diz Henriette Walter (1998), a propósito do latim que o seu destino estava cheio de contradições já que na sua forma culta e escrita, o latim converter-se-ia durante séculos na língua da cultura ocidental — uma língua, porém, fixada na forma que tinha tido em tem-

O fator principal que levou o latim a ter essa importância inicial foi a necessidade de possuir um sólido corpo administrativo que devia permitir redigir leis precisas numa língua carente de duplos sentidos, sem ambiguidades (única maneira de manter unido o Estado). É por isso que os primeiros textos escritos em latim são jurídicos. Posteriormente, essa mesma justificação servirá para dar início à escrita das línguas românicas.³

A língua utilizada constituía um registo comunicativo específico, com características, propósitos e fins comunicativos determinados. Afirma António Emiliano (2003: 89) que:

Os actos notariais, consignando na maior parte dos casos transferências de bens [...] tinham um impacto imediato ou quotidiano na vida comunitária: a fixação por escrito da intenção do autor do acto em termos claros, explícitos e não ambíguos era fundamental para que o texto notarial cumprisse a sua função comunicativa específica perante as partes envolvidas no acto.

D. Dinis, em 1279, tornou o português idioma geral no uso da escrita na chancelaria régia, mas «só na última década do século XIII a produção documental particular em português cresce significativamente, tornando-se dominante relativamente à latina já no século seguinte» (Martins 2007: 163). Por outro lado, se a primeira documentação é de finalidade prática, não devemos esquecer a vasta produção literária, o que já indiciava a importância do português.

Já no século XIV Dante, na obra *De vulgari eloquentia* (1303-1304), fez a primeira reflexão sobre a língua vulgar; no *Convivio* (1304-1307) ainda afirmava que «lo volgare seguita uso e lo latino arte», segundo o velho preceito da praxe para a língua do povo e o latim para fins mais sublimes. Como recorda Rafael Lapesa (1986: 299), «Sólo se concedía sin disputa a la lengua nativa el campo de la literatura novelística y de amores, desdeñada por los espíritus graves».

pos de Cícero e, portanto, uma língua praticamente morta —, enquanto, na forma familiar, no início apenas oral, esta língua ia evoluir e diversificar-se, originando a grande família das línguas românicas.

³ Atesta Mireille Huchon (2002: 54-55): «Au IX^e siècle, la conscience de parler une langue différente du latin est renforcée par la réforme carolingienne qui, après la période d'instabilité des invasions, restitue les écoles et permet la restauration du latin, alors que, depuis les invasions, le latin était peu écrit et très corrompu [...]. La restauration de la prononciation du latin *litteraliter* consomme le divorce entre les deux langues».

Contudo, no fim, Dante reconheceu que o vulgar chegava a toda a gente e defendeu o seu uso literário, vaticinando-lhe grande futuro com estas palavras: «Questo sarà luce nuova, sole nuovo, lo quale surgerà là dove l'usato tramonterà, e darà lume a coloro che sono in tenebre e in oscuridade per lo usato sole che a loro non luce» (*Convivio*, I, cap. 13, 12).

Perante esta situação de efervescência no uso literário a que acresceu um uso notarial maior cada vez mais frequente, perante essa exaltação das línguas vernáculas, que aconteceu para que o processo das suas respetivas maturações ainda demorasse mais alguns anos e a luta com o latim continuasse? Entrou em jogo o Humanismo que, contraditoriamente, no século XVI acabará por constituir as variedades cultas das línguas românicas.

No plano linguístico, o desenvolvimento total da língua literária sofreu um processo de desaceleração. Começou em Itália a descoberta e admiração pelos clássicos gregos e latinos. Nos primeiros decénios, os humanistas, que se identificavam com a tradição cultural clássica, consideravam o latim recuperado como a única língua adequada a fins artísticos. Por outro lado, julgavam o vulgar uma língua inferior, corrompida, cujo emprego ficava reduzido a usos práticos e para escrever «quod nolumus transferre ad posteros», quer dizer, o que não queremos transmitir aos descendentes (Francesco Filelfo, 1447).

Contudo, o facto de, nessa altura, a maioria das línguas já ter uma norma ortográfica mais ou menos estável, aliado à difusão da imprensa, provocaram a ascensão imparável das línguas vulgares e uma fratura entre Idade Média e Renascimento. Como afirma Silvia Morgana (2009: 40) «L'Umanesimo e il prestigio letterario della lingua latina non servirono, dunque, da freno allo sviluppo del volgare ma, semmai, ne accelerarono i processi evolutivi». Mas a produção científica continuava a ser redigida maioritariamente em latim.

Em Portugal, a situação provocada no resto da Europa pela Reforma protestante fez com que os efeitos da Contrarreforma fossem muito duros. As disposições do Concílio de Trento foram aplicadas sem restrições. A latinidade devia ser preservada e assim:

O ensino praticado pelos jesuitas era marcado pelo espírito da Contra-Reforma, inculcando nas crianças valores que os transformassem em adultos marcados por uma *pietas litterata*, conjugando a religião e a tradição da cultura e literatura clássicas, a que se associava ainda a preocupação em combater os vícios e os inimigos da fé (Silvestre 2008: 22).

Mas em Portugal, como foi referido, embora o peso da tradição fosse muito poderoso, a sua situação geográfica levou-o a aproveitar, de forma só comparável com Espanha, o desenvolvimento da atividade económica, o alargamento dos mercados e a amplitude do volume das transações que se iniciava no Ocidente no período renascentista. E a procura dos mercados orientais e o contacto com as culturas descobertas tiveram uma forte repercussão na língua, juntamente com essa atitude, sem a contradizer, paradoxalmente moderna que tenta voltar à antiguidade, mas também exaltar os valores próprios das regiões. Foi esse um passo fundamental na restituição do uso das línguas vulgares. Mas, se voltarmos aos versos lusíadas, «Os Portugueses somos do Occidente, Himos buscando as terras do Oriente» (I, 50), esse pertencer ao Ocidente e ir para o Oriente quer dizer contacto com muitas línguas, das africanas atlânticas e índicas até à pluralidade de asiáticas e do Extremo Oriente, para além das ameríndias; por sua vez, significa também voltar a Lisboa (ou seja, a Ocidente) com notícias, e estas devem ser comunicadas de forma compreensível.

Não obstante, do ponto de vista sociolinguístico, a nova situação geoecológica e, conseqüentemente, o encontro e contacto da língua portuguesa com um amplíssimo elenco linguístico oriental e americano não impede a presença desse diálogo entre o português e o latim nuns termos em que a língua vernácula transmite informação (evitam-se mal-entendidos) e o latim transmite conhecimento, por ser língua franca do saber (sê-lo-á até praticamente ao século XVIII) e por cumprir a missão preservadora dos conhecimentos e dos saberes antigos. É nesse aspecto, o referente aos mal-entendidos, onde o médico Garcia de Orta será um precursor; não apenas pela vontade de comunicar ideias e notícias exatas sobre a matéria que lhe concerne, mas porque uma das suas obsessões é desfazer e resolver erros de interpretação antigos e modernos que a passagem do tempo e o contacto entre línguas tinham afiançado e convertido em evidências. Essa é a razão pela qual deu tanta importância às traduções e versões. Foi um defensor dos textos, porque a sua missão era emendar os livros da ciência médica, emendar a palavra escrita, o latim. O propósito ortiano era de tal magnitude filológica (além de médica, obviamente) que fica plenamente justificada a eleição da língua de expressão: o português será a via de comunicação mais adequada para resolver erros e confusões.

E talvez, nesse sentido, a luta do português nesta disputa seja assumir, também, para o próprio país, o direito a transmitir conhecimento, e não apenas prazer estético e informação notarial. De entre as línguas europeias, a portuguesa será a primeira em consegui-lo.

Se a influência dos autores gregos e latinos tinha refinado a literatura, e a própria língua portuguesa passara por um processo severo de relatinização, sofisticando-se ao longo do século XVI, outros aspetos, como acrescenta José Barbosa Machado (2005: 151), foram determinantes para a maturidade da língua:

As obras estrangeiras traduzidas e impressas no século XV em Portugal tiveram conseqüentemente um importante papel na cultura e no desenvolvimento da língua portuguesa escrita. O empréstimo lexical, o desenvolvimento da sintaxe e do pensamento especulativo, a divulgação de ideias filosóficas, religiosas e científicas, são alguns dos seus contributos mais significativos.

Afinal, aquelas vozes dissidentes que surgiram, referidas acima, acabaram por constatar que o latim, língua restrita a saberes delimitados, cedia a sua preponderância na configuração dos saberes e do acesso ao conhecimento. E um dos âmbitos no qual o latim se mostrava inadequado era, precisamente, para redigir textos, correspondência, tratados, etc. que se desejavam duradouros, e dentre eles, obviamente, a literatura marítima. Se a produção literária já tinha ganhado o seu lugar, a científica e jurídica ainda não, e os descobrimentos geográficos propiciaram o caminho para atingir essa igualdade: durante a segunda metade do século XV e nos séculos XVI e XVII, foi redigida em Portugal e nos territórios de ultramar uma quantidade enorme de documentação escrita que o latim não poderia ter assumido, e por vários motivos. Em primeiro lugar, se o latim tinha funcionado como língua propositadamente não ambígua para evitar mal-entendidos, agora os reis portugueses perseguiam o mesmo fim para serem claramente compreendidos, e em português toda a gente compreendia. Em segundo lugar, as novas realidades que os navegadores encontravam e das quais davam notícia apenas podiam ser transmitidas em português, como demonstra a enorme quantidade de léxico que entrou na língua. Enfim, a singularidade do caso português foi ter a necessidade de contar a novidade achada, primeiro em língua portuguesa para depois ser traduzida para os outros idiomas, também para o latim; deste modo divulgava-se a boa nova e as restantes nações ficavam a saber, nas suas línguas, os êxitos geográficos, políticos, económicos e religiosos dos portugueses. Era, logicamente, em última instância, um processo propagandístico da própria Coroa.

O melhor modo de ver a mudança que experimentou a língua portuguesa é examinar algumas das cartas escritas nos séculos XV e XVI, quer em Portugal quer noutras regiões do mundo, aonde tinham chegado os navegadores portugueses. As primeiras apresentam características medievalizantes, as segundas

mostram já todas as particularidades esperáveis do português clássico. Uma diferença de quarenta ou cinquenta anos entre duas cartas, por exemplo, revela essa tendência.

Veja-se este trecho em que o rei D. Manuel I de Portugal anuncia aos Reis Católicos, seus sogros, a descoberta da rota da Índia. Carta editada por António da Silva Rêgo (1949-1958: 1, 3-5):

Carta (do Rei Dom Manuel) que foi a El Rey e a Raynha de Castella coma noticia do descobrimento da India [12 de Julho de 1499]

Muyto altos, muyto eixelentes princepes, e muyto poderossos senhores.

Sabem Vossas Altezas como tinhamos mandado a descobrir Vasco da Gama, fidalgo de nossa cassa, e com elle Paulo da Gama, seu irmão, com quatro navios pello oceano, os quaes agora ja passava de dous annos que eram partidos; e, como o fundamento principal desta empresa sempre fosse per nossos antepassados de serviço de Deos Nosso Senhor e isso mesmo nosso, prouve lhe, por sua piedade assy os encaminhar, segumdo ho recado que por hum dos capitaens, que a nos a esta cidade ja he chegado, ouvemos que acharam e descobriram a Imdia e outros regnnos e senhorios a ella comarquãos, e entraram e navegaram o mar della, em que acharam gramdes cidades e de gramde edefiços e ricos e de gramde povoaçam; nas quaes se faz todo o trauto da especiarya e pedrarya, que pasa em naaos, que os mesmos descobridores viram e acharam, em gramde quantidade e de gramde gramdeza a Mequa, e dahy ao Cairo, dhonde se espalha pelo mundo; da qual trouxeram loguo agora estes quantidade, a saber: de caneella, cravo, gimgivre, noz nozcada e pimenta e outros modos de especiarya, e ainda os lenhos e folhas delles mesmos; e muyta pedrarya fynda de todas sortes: a saber: robiins, e outras; e ainda acharam em que ha mynas douro; do qual e da dita especearia e pedrarya nam trouxeram logo tanta soma, como poderam, por nam levar mercadaria.

E porque sabeemos que Vossas Altezas disto ham de receber gramde prazer e contentamento, ouveemos por bem dar lhe disso notificaçam [...].

Muyto altos, muyto eixelentes princepes e muyto poderossos Senhores Nosso Senhor Deos aja sempre vossas pessoas e reaes estados em sua santa guarda.

Strpito em Lisboa — dias de julho 1499 — pera suas altezas.

Além da retórica régia própria destes textos protocolares (naquela altura, da mão do empolado conselheiro Duarte Galvão) — e além do tom enfático, obviamente, que quer deixar as coisas claras sobre a verdadeira descoberta da Índia pelos portugueses perante a viagem colombina —, observa-se, por exemplo, o uso do conectivo *como* com sentido completivo (Vossas Altezas sabem *que* tínhamos mandado...); o verbo *descobrir* usado como intransitivo (por «fa-

zer descobrimentos»); o uso do verbo *ser* como auxiliar dos verbos intransitivos de movimento, sem indicar uma passiva (*eram partidos* por *partiram*; *he chegado* por *chegou*) e a sintaxe complicada das orações relativas, em que os antecedentes aparecem muito distantes já que permeia outra informação. No exemplo seguinte «ouvemos que acharam e descobriram a *Índia* e outros regnos e senhorios a ella comarquãos, e entraram e navegaram o *mar della*, em que acharam gramdes cidades», o antecedente de *em que* poderia ser a *Índia* ou o *mar dela*; o mesmo parágrafo continua a dizer «[...] em que acharam gramdes cidades e de gramde edefiços e ricos e de gramde povoaçam; nas quaes se faz todo o *trauto* da especiarya e pedrarya, que *pasa em naaos*, que os mesmos descobridores viram e acharam, em gramde quantidade e de gramde gramdeza a *Mequa*, e dahy ao Cairo», onde o antecedente de *nas quaes* é *gramdes cidades*; o antecedente dos dois *que* é o *trauto* mas na oração do primeiro *que*, essa especiaria «passa em naos a Meca», intercalando entre o verbo e o complemento outra frase relativa. E por último o uso do verbo *haver* em lugar de *ter*: «Nosso Senhor Deos *aja* sempre vossas pessoas e reaes estados em sua santa guarda.»

Veja-se estoutra escrita pelo mesmo rei ao samorim de Calecute em que só o parágrafo inicial dá uma ideia de como era a sintaxe, pelo menos a escrita, da época. É este um texto, não obstante, em que o uso da língua portuguesa como ferramenta de clara comunicação de conteúdos fica totalmente num segundo termo, inclusivamente desaparece, perante uma intrincada retórica cujo fim é argumentar uma universalista e messiânica possessão portuguesa do mundo diretamente ditada por Deus. É, neste sentido, impossível deixar de imaginar o gesto, mesmo a expressão do rosto, do samorim perante os esforços de um *língua*, um intérprete, que tenta transmitir o sentido, e nem tanto o conteúdo, desse discurso manuelino tão doutrinalmente teleológico. Corresponde às páginas 15 e 16 da edição de Da Silva Rêgo:

Carta que el-rey dom Manuel escreveo a el-rey de Calecut por
Pedralvares Cabral, capitão da primeira armada que foi ha India despois de ser
descuberta per Vasco da Gama
1 de março de 1500.

Grande e de muyto poder princepe Çamorim por merce de Deus rey de Calecut, nos Dom Manuel, por sua divinal graça, rey de Portuguall e dos Algarves, daquem e dalem maar em Afriqua, Senhor de Guinnee, etc. a vos enviamos muito saudar, como aquelle que muito amamos e prezamos.

Deus todo poderoso, começo e meio e fim de todas as cousas, e por cuja ordenança cursão os dias, e efeitos humanos e tempos, asi como per sua infinda bondade criou o mundo e o remio por Christo seu Filho noso Salvador, asy em seu grande e infindo poder e saber ordenou pera os tempos adiante muitas cousas que per bem e proveito da geração humanal, inspirando pelo Espirito Santo nos corações dos homees aviam de ser obradas, fossem manifestadas e postas em obra nos tempos pera isso mais convenientes per elle limitados, e não antes nem depois.

Vejam-se agora dois trechos de cinquenta anos depois, correspondentes a padres missionários da Companhia de Jesus que escrevem do Brasil. Cartas editadas em 1955 por Serafim Leite. Esta aparece na página 71:

Ao padre mestre Simão Rodrigues de Azevedo (1549)

A graça e amor de Nosso Senhor Jesus Christo seja sempre em nosso favor e ajuda. Amen.

Sómente darei conta a Vossa Reverendissima de nossa chegada a esta terra, e do que nella fizemos e esperamos fazer em o Senhor Nosso, deixando os fervores denosa prospera viagem aos Irmãos que mais em particular a notaram.

Chegamos a esta Bahia a 29 dias do mez de Março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cincoenta moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e Irmãos em umas casas a par della, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos. E nisso nos occupamos agora.

Ou a seguinte, de 1554, em que o irmão Pero Correia escreve do Brasil ao padre Belchior Nunes, em Coimbra. Conta-lhe, entre outras coisas, uma viagem que fez com outros frades para ir visitar uma aldeia (Leite 1955: 117):

Em esta jornada que fizemos, fomos alguns oito ou nove dias por um rio abaixo, em cascas de paus [canoas], e primeiro que tirassemos as cascas em que haviamos de embarcar, se nos gastou o mantimento, porque nos puzemos a fazer almadias de um pau molle, e quebraram-se depois de feitas, e andando em trabalho de fazer em que nos embarcassemos, chegaram uns Indios, que vinham pelo rio acima, com uma casca, a qual, por ser pequena, não podia com mais que com o fato e sete pessoas, e outras sete não tinham embarcação, nem de que a fazer, e era-nos necessario ir polo rio abaixo a uma certa parte onde estavam os paus dos que têm aquellas cascas pera tirar alguma, porque não nas ha em todo mato [...].

Adverte-se também uma retórica muito ao gosto jesuítico, mas a sintaxe destas duas missivas já está muito mais próxima do português contemporâneo, com os conectivos presumíveis. Quando aparecem relativas, o antecedente é claro. E já se percebem vocábulos novos vindos de além-mar, como a canoa, documentada num texto português pela primeira vez em 1533.⁴

O latim, contudo, persistia na pena de certos escritores e cientistas; era a língua internacional e comunicava ao resto do mundo uns factos determinados, como recorda Américo da Costa Ramalho (1998), mas não os conhecimentos posteriores. Bem cedo, quando essas notícias já são suficientemente conhecidas, a interação real far-se-á primeiro em português e depois nas diferentes línguas europeias, como já foi afirmado. A esse respeito, diz David Lopes no seu livro sobre a difusão da língua portuguesa (1936: IX): «[Nos capítulos que formam este estudo, pretende-se mostrar que] a língua portuguesa foi durante três séculos de uso corrente entre as populações marítimas de grande parte do Oriente.» Mesmo a correspondência entre qualquer europeu e as autoridades dos diversos reinos asiáticos se redigia em português. E também os conhecimentos científicos; por isso, e voltando mais uma vez à figura de Garcia de Orta e às palavras do seu colega Dimas Bosque na introdução dos *Colóquios* (Orta 1563: 29), o médico escreveu-os em português e não em latim e «não pos seu trabalho em estillo elegante nem em palauras reitoricas apraziveis as orelhas, tratou puras verdades cõ puro estillo».

Assim, o latim via minguar as suas possibilidades de uso ao transmitir informação e paulatinamente ao veicular conhecimentos. No século XVI, a partir da chamada Era dos Descobrimentos, essas duas capacidades passam a estar interligadas. O mundo nascia para uma nova época, ele próprio ia sendo conhecido conforme era descoberto, como lembra Gabriel García Márquez (1994: 53) ao descrever a biblioteca do bispo de Cartagena de Índias, em finais do século XVIII:

En el centro había un mesón con cartas de marear, un astrolabio y otras artes de navegación, y un globo terráqueo con adiciones y enmiendas hechas a mano por cartógrafos sucesivos a medida que iba aumentando el mundo.

⁴ Outros casos são: do birmanês, *lagão* 1614; do caraíba, *caraíba*, *papaia* e a mencionada *canoa* s. XVI; do chinês, *chávena* 1649, *ganga* 1577 e *leque* 1600; do cingalês, *cornaca* 1554; do concani, *caril* 1548; do japonês, *biombo* 1569; do malaiala, *canja* 1563, *jangada* 1504 e *samorim* 1498; do malaio, *mandarim* 1514 e *boião* 1554; do mandarim, *chá* 1565 e do persa, *caravana* 1513 e *casaca* 1544 (Houaiss 2001).

A necessidade de atualizar e trocar a informação era peremptória e era feita em língua vernácula. Se uns séculos antes os reis portugueses tinham elevado o português à língua oficial do reino para evitar mal-entendidos administrativos, no XVI continua a mesma orientação — paralela ainda ao latim — e Garcia de Orta também escolhera o português pelas mesmas razões embora aplicadas à ciência; mais uma vez a singularidade lusa.

O diálogo entre o latim e o português ficou reservado só a uns poucos, passando a língua de Camões a ser a língua escrita em todos os domínios e ganhando estatuto de maioridade, por muito que Vénus, em 1572, acompanhe os nautas gámicos na sua epopeia pela *pouca corrupção* que acha entre a língua deles e a latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA Machado, José (2005). «A imprensa e a tradução como factores de mudança na língua e na cultura portuguesas do século XV». *Estudios portugueses*, 5, 151-160.
- BARROS, João de (1540). *Grammatica da lingua portuguesa / Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Olyssipone: apud Lodouicum Rorigiu[m].
- CAMÕES, Luís Vaz de (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: Em casa de Antonio Gõçalvez.
- CARDOSO, Jerónimo (1563). *Elegiarium Libri duo*. Lisboa: Na Casa de João da Barreira.
- CARDOSO, Jerónimo (1569). *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa lusitanico latinu[m]*. Conimbricæ: excussit Joan Barrerius.
- CARDOSO, Jerónimo (2009). *Portugaliae Monumenta Neolatina*. Vol. III. *Jerónimo Cardoso. Obra literária*. Tomo II. *Poesia latina*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- DA SILVA RÊGO, António (ed.) (1949-1958). *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- EMILIANO, António (2003). «O estudo dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 11, 77-126.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães (1574). *Regras que ensinam a maneira de escreuer a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Na Officina de Antonio Gonsaluez.
- GARCÍA Márquez, Gabriel (1994). *Del amor y otros demonios*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- HOUAISS, Antônio e Mauro de Sales Villar (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- HUCHON, Mireille (2002). *Histoire de la langue française*. Paris: Librairie Générale Française.

- LAPESA, Rafael (1986). *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos, Manuales 45.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1576). *Orthographia da lingoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem*. Lisboa: per João de Barreira.
- LEITE, Serafim (ed.) (1955). *Manuel da Nóbrega. Cartas do Brasil e mais escritos. Opera Omnia*: Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis.
- LOPES, David (1936¹[1968²]). *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*: Porto: Portucalense Editora.
- MARTINS, Ana Maria (2007). «O primeiro século do português escrito». Boullón (ed.), *Na Nosa Lyngoage Galega. A Emerxencia do Galego como Lingua Escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega & Instituto da Lingua Galega, 161-184.
- MORGANA, Silvia (2009). *Breve storia della lingua italiana*. Roma: Carocci.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixboa: Germão Galharde.
- ORTA, Garcia de (1563). *Coloquios dos simples, e drogas he coisas mediçinais da India*. Goa: Ioannes de Endem.
- RAMALHO, Américo da Costa (1998). *Para a história do Humanismo em Portugal*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SILVESTRE, João Paulo (2008). *Bluteau e as origens da Lexicografia Moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SOUSA Viterbo, Francisco (1915). *A literatura espanhola em Portugal*. Lisboa: História e Memórias da Academia das Ciências, nova série, 2.^a classe, t. XII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- WALTER, Henriette (1994). *L'aventure des langues en Occident: leur origine, leur histoire, leur géographie*. Paris: Robert Laffont.